



PORTARIA DE OUTORGA Nº 051, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

O Diretor de Planejamento e Gestão Hídrica da Agência Estadual de Recursos Hídricos – AGERH, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Estadual nº 10.143 de 16 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Outorgar, pelo prazo de 12 (doze) anos contados a partir da data de publicação desta Portaria, à Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, CNPJ nº 28.151.363/0001-47, doravante denominada Outorgada, o direito de uso de recursos hídricos, na modalidade de Concessão, para barramento a ser construído no rio Jucu Braço Norte, região hidrográfica do Jucu, municípios de Domingos Martins e Viana, requerido por meio do processo nº 78306213, com as seguintes características:

I – Coordenadas UTM do ponto do barramento: 336496 E / 7746095 N, Datum WGS-84;

II – Dados do barramento:

a) área máxima inundada: 1.087.000 m²;

b) volume máximo acumulado: 23.060.000 m³;

III – Finalidade de uso das águas: regularização de vazões.

Parágrafo único – As obras e serviços necessários ao uso de recursos hídricos de que trata esta Portaria serão executados a expensas da Outorgada e deverão ser iniciados no prazo de 02 (dois) anos e concluídos no prazo de 06 (seis) anos, contados a partir da data de vigência desta, exceto para obras e serviços referentes à construção, operação e manutenção de estrutura de descarga de fundo.

Art. 2º Deverá ser garantido fluxo residual mínimo a jusante do barramento igual 5.284,14 l/s (19.022,90 m³/h).

§ 1º As obras e serviços referentes à construção, operação e manutenção de estrutura de descarga para manutenção do fluxo residual mínimo de que trata o *caput* deste artigo serão executados a expensas da Outorgada e deverão ser concluídos no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de vigência desta.

§ 2º A Outorgada deverá ter em seu poder para apresentar a AGERH, quando solicitado, projeto de dimensionamento hidráulico da estrutura de descarga de fundo de que trata o parágrafo anterior, contemplando memorial de cálculo, detalhes e cortes, bem como a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do profissional responsável por sua elaboração.

Art. 3º São condicionantes desta Outorga, a serem cumpridas, pela Outorgada no prazo definido:

I – Manter, continuamente e imediatamente a jusante do barramento, vazão igual a 4530 l/s, durante a fase de enchimento do reservatório;

II – A Outorgada deverá implantar e manter em funcionamento equipamentos de monitoramento de nível e vazões, conforme disposto a seguir:

a) Estruturas e equipamentos para monitoramento contínuo de vazões a montante e a jusante do reservatório;

b) Equipamento para monitoramento diário do nível do reservatório.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEAMA
AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - AGERH**

III – A outorgada deverá apresentar à AGERH o Formulário de Cadastro de Segurança de Barragens, conforme disposto na Resolução AGERH nº 12 de 2015. Prazo: 03 (três) meses após o início de operação do reservatório.

IV – Apresentar a licença ambiental do barramento conforme disposto no Decreto nº 4139-R, de 10 de agosto de 2017. Prazo: Quando da obtenção da licença ambiental.

Parágrafo único – As séries históricas de vazões e de nível do reservatório deverão ser apresentadas anualmente à AGERH, a partir de 1 (um) ano após o início de operação do reservatório.

Art. 4º A Autorização, objeto desta Portaria, poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I – Descumprimento das condições estabelecidas nos art. 1º, 2º e 3º;

II – Conflitos com normas posteriores;

III – Incidência no art. 29 da Lei nº 10.179 de 18 de março de 2014;

IV – Indeferimento ou cassação da licença ambiental, se essa licença for necessária.

Art. 5º Esta Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – Quando os estudos de planejamento regional de utilização de recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II – Quando for necessária a adequação para garantir as prioridades de uso previstas nos planos de recursos hídricos.

Art. 6º A Outorgada é responsável pelos aspectos relacionados à segurança da barragem, devendo assegurar que seu projeto, construção, operação e manutenção sejam executados por profissionais legalmente habilitados.

Art. 7º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente autorização.

Art. 8º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção pela Outorgada de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 9º Esta Outorga poderá ser renovada mediante formalização de processo de renovação junto a AGERH, com antecedência mínima de noventa dias do término de sua vigência.

Art. 10 O uso de recursos hídricos objeto desta Outorga está sujeito à cobrança, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e arts. 30 e 31 da 10.179, de 18 de março de 2014.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sob a forma de extrato.


ANTÔNIO DE OLIVEIRA JUNIOR
Diretor de Planejamento e Gestão Hídrica